



DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

**Secretaria do Meio Ambiente
do Estado da Bahia**

Salvador, Janeiro de 2019



SEMA

- Planejar, coordenar, supervisionar e controlar a Política Estadual e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, a biodiversidade e os recursos hídricos, promovendo a articulação institucional e a educação ambiental

INEMA

- Executar a Política Estadual do Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, a Política estadual dos Recursos Hídricos, a Política Estadual sobre Mudança do Clima e a Política Estadual de Educação Ambiental



Gestão das
Águas



Instrumentos
de Gestão



Gestão
Ambiental



Captação de
recursos



Gestão das Águas

A Bahia possui grande extensão territorial e é composta por regiões com diferentes climas, relevo e complexa rede hidrográfica, apresentando localidades com bastante disponibilidade hídrica e outras com escassez de água, a exemplo do semiárido, que abrange cerca de 80% do território baiano. A demanda crescente pela água, associada à degradação ambiental que prejudica mananciais, superficiais e subterrâneos, revela um cenário que requer uma gestão mais participativa e responsável de todos, proporcionando o uso múltiplo das águas.

PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – PERH

DESCRIÇÃO

- Plano diretor, de natureza estratégica e abrangência estadual, que visa fundamentar e orientar a implementação da política estadual de recursos hídricos e o gerenciamento dos mesmos

AÇÕES

- Revisão do PERH (Análise Institucional e Legal; Integração das Águas Superficiais e Subterrâneas; Socioeconomia; Mediação de Conflitos; Mudanças Climáticas; Criação e Fortalecimento de Comitês de Bacia; Balanço Hídrico; Integração de Bacias Hidrográficas com Zonas Costeiras e Sistemas Estuarinos, dentre outros);
- Recurso Necessário: R\$2milhões



PLANOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

DESCRIÇÃO

- Planos diretores, de natureza estratégica e operacional, que têm por finalidade fundamentar a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, compatibilizando os aspectos quantitativos e qualitativos do uso das águas, de modo a assegurar as metas e os usos neles previstos, na área da bacia ou região hidrográfica considerada
- No Estado hoje, existem 25 regiões de planejamento e gestão das águas – RPGA.

AÇÕES

- Foram finalizados e aprovados três planos de bacia; dos rios Verde e Jacaré, dos rios Paramirim e Santo Onofre e do rio Salitre.
- Estão em finalização o plano de bacia do rio de Contas e dos rios do Recôncavo Sul, e em processo de licitação os da bacia do rio Grande e do rio Corrente.
- O investimento médio estimado para a realização de um plano de Bacia e proposta de enquadramento é em torno de R\$ 3 MI. No entanto, esse valor irá depender das especificidades da região.



ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA EM CLASSES, SEGUNDO SEUS USOS PREPONDERANTES

DESCRIÇÃO

- Estabelece os níveis de qualidade a serem mantidos ou alcançados em compatibilidade com os usos mais exigentes a que as águas forem destinadas

AÇÕES

- Proposta de Enquadramento nas RPGA's dos rios Verde Jacaré, Salitre e Paramirim, Santo Onofre foram concluídos;
- Construção da proposta de enquadramento bacia do rio de Contas e dos rios do Recôncavo Sul em andamento;

Mediação de conflitos hídricos



DESCRIÇÃO

- A gestão dos recursos hídricos possui um arcabouço legal considerado uma conquista para a sociedade por conceber um modelo de gestão que estabeleceu um arranjo institucional baseado em novos tipos de organização para gestão compartilhada do uso da água.

DESAFIO

- O fortalecimento da governança das águas por intermédio do aprimoramento do arcabouço legal, institucional (Comitê de Bacias, SEMA, INEMA, Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Fórum Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas) e instrumental (Pacto pelas Águas e mediação de conflitos) é um objetivo relevante, sendo de suma importância a instituição do Comitê Estadual de Mediação de Conflitos Hídricos, composto por membros permanentes de secretarias e órgãos do governo estadual, e por composição variável dos territórios envolvidos em conflitos hídricos.

CADASTRO DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS

DESCRIÇÃO

- Visa conhecer o universo dos usuários das águas superficiais e subterrâneas em uma determinada área, bacia ou RPGA
- O registro é obrigatório para todo usuário que capta água em rios, lagoas, lagos naturais ou através de poços, que realiza lançamentos (rejeitos industriais e domésticos), que possui barramentos ou faz intervenções em cursos d'água como pontes e passagem molhada

AÇÕES

- No sistema Estadual CERH/SEIA existem 17.379 cadastros compreendendo as outorgas e dispensas emitidas pelo INEMA desde o ano de 2017.

Nº do Contrato	Abrangência	Quantitativo de Cadastros	Valor	Status do Contrato
03/2017 - PDA	RPGAs do Recôncavo Norte e Inhambupe e do rio Paraguaçu	6.000	R\$1.216.771,50	Concluído
014/2017	16 Municípios Integrantes da RPGA dos Rios Verde e Jacaré	7.000	R\$448.750,00	Concluído
017/2018	Bacia do Rio Arrojado	3.000	R\$454.800,00	Em andamento

REVITALIZAÇÃO DE RIOS



DESCRIÇÃO

- A SEMA em conjunto com o INEMA tem desenvolvido ações com o objetivo de apoiar processos de revitalização de bacias hidrográficas por meio de estudos técnicos, CEFIR, restaurações, mobilização e ações de apoio e fortalecimento da governança socioambiental. No escopo destas ações dois projetos foram desenvolvidos: Projeto Cachoeira e Projeto Semeando Águas do Paraguaçu. Ambos tem ações que visam a revitalização das bacias dos Rios Cachoeira e Paraguaçu respectivamente.

AÇÕES

- Projeto Cachoeira. O total de recursos investidos no Projeto Cachoeira no âmbito do PDA foi de R\$ 3.224.928,94.
- Projeto Semeando Águas do Paraguaçu.
- Projeto de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Utinga
- Projeto de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Catolé Grande
- Projeto de Proteção das Nascentes de Vitória da Conquista

Plano Estratégico de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira

DESCRIÇÃO

- O Projeto Cachoeira foi responsável pela elaboração do Plano Estratégico de Revitalização do Rio Cachoeira que tem o objetivo de promover a sensibilização, mobilização e articulação social para identificação e execução de ações para recuperação ambiental da bacia hidrográfica.

AÇÕES

- O planejamento estratégico desenvolveu de um banco de projetos estruturantes na Bacia do Rio Cachoeira, bem como um Plano de Governança, visando o planejamento e a definição de prioridades e urgências, contemplando um ou mais aspectos de intervenção prioritária na bacia. Além de realizar a restauração florestal de 150 hectares com sistemas agroflorestais em APP para produção em imóveis rurais da agricultura familiar e assentamentos na bacia do Rio Cachoeira, Rios Salgado e Colônia.





Projeto de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Catolé Grande

DESCRIÇÃO

- No âmbito do projeto foi adquirido material que será utilizado pelos agricultores familiares para cercamento das nascentes do Rio Catolé Grande no município de Barra do Choça através da Associação dos Produtores e Irrigantes de Barra do Choça como forma de atendimento ao Termo Coletivo de Prestação de Serviços Ambientais assinado pela SEMA

AÇÕES

- foram adquiridos e entregues 48 km de cerca de arame liso, sendo:
- 11.520 estacas de eucalipto tratado,
- 480 mourões esticadores de eucalipto tratado,
- 192 rolos de arame de 1000 metros,
- 1.152 esticadores de arame
- 144 pacotes de balancins espaçadores com 100 unidades cada



Projeto Semeando Águas do Paraguaçu

DESCRIÇÃO

- A bacia hidrográfica do Paraguaçu é uma das mais importantes para o estado da Bahia, sendo fundamental para o abastecimento de água da região metropolitana de Salvador. Mais de 3 milhões de pessoas dependem das águas deste rio, cuja bacia se estende por mais de 55 mil km², abrangendo 86 municípios e 10% do território do estado. O Paraguaçu tem suas nascentes em áreas de Caatinga, Campos de Altitude e encaves de Mata Atlântica na Chapada Diamantina. Das nascentes até a foz, na Baía de Todos os Santos, o rio percorre 600 km, cruzando uma região com alta diversidade social, cultural e ecológica.
- O valor da contratação para implantação do Projeto de Restauração da Vegetação Nativa na Microbacia do Rio Utinga e APA Marimbus/Iraquara, por meio do contrato nº 032/2018 é de **R\$ 1.495.990,00.**

AÇÕES

- No âmbito do Projeto Semeando Águas do Paraguaçu a SEMA vem atuando na região da Bacia do Rio Utinga, por meio de articulações, apoio e diálogos junto a agricultores familiares, INEMA, prefeituras e atores locais na região da bacia do Rio Utinga.
- o Projeto Utinga encontra-se em execução e promoverá a restauração florestal de 110 hectares em áreas de assentamento e imóveis rurais da agricultura familiar dos municípios de Bonito, Wagner, Utinga, Lajedinho, Rui Barbosa, Lençóis, Iraquara, Andaraí e Nova Redenção, prioritariamente em Áreas de Preservação Permanente – APPs.
- Nos dias 04 a 06 de Dezembro foi realizado o lançamento do referido Projeto no município de Wagner

Revitalização de mananciais e barragens para abastecimento humano

DESCRIÇÃO

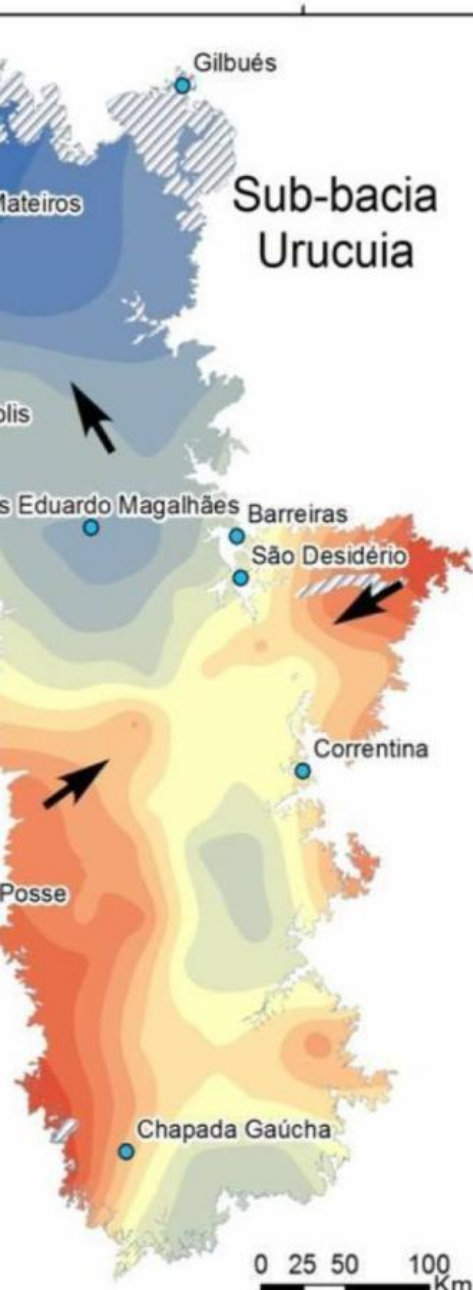
- Manancial de abastecimento público é a fonte de água doce superficial ou subterrânea utilizada para consumo humano ou desenvolvimento de atividades econômicas. As áreas contendo os mananciais devem ser alvo de atenção específica, contemplando aspectos legais e gerenciais.

AÇÕES

- Existe proposta de parceria entre a SEMA, EMBASA e SIHS, com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, para a revitalização de mananciais e barragens para abastecimento humano.
- Os locais elencados são Barragem Zabumbão, Ponto Novo, Pedras Altas, França, Catolé, Apertado, Pindobaçu e Bandeira de Melo.



Estudo sobre o Urucuia



DESCRIÇÃO

- Estudo do Aquífero Urucuia incluindo uso e ocupação do solo, desenvolvimento sustentável e incremento da economia dos agricultores familiares
- Os projetos são financiados com recursos do PRODEAGRO e do CNPq.

AÇÕES

- Banco de Dados geográficos e hidrológicos que permitem analisar ao longo dos anos as condições naturais e hídricas de toda a região;
- Desenvolvimento de Programa visando o desenvolvimento econômica de toda a região;
- Trabalho em fase final para apresentação

PROJETO BACIA CARINHANHA

DESCRIÇÃO

- Estudo pioneiro para a gestão integrada de água superficial e subterrânea na Bacia Hidrográfica do rio Carinhanha. Devendo se tornar modelo para o país

AÇÕES

- Coleta de dados;
- Visita de Campo;
- Interpretação dos Dados



ESTUDO GEOFÍSICO

DESCRIÇÃO

- Reavaliação e análise dos dados geofísicos do Aquífero Urucuia para fins de gestão e aumento de disponibilidade

AÇÕES

- Coleta de dados em diversas instituições;
- Análise e interpretação das curvas geofísicas

PROGRAMA ÁGUA DOCE - PAD

DESCRIÇÃO

- Visa implementar uma política permanente de acesso à água de boa qualidade para consumo humano, a partir do aproveitamento de águas subterrâneas salobras e salinas, promovendo e disciplinando a implantação, a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização ambiental e socialmente sustentáveis, para atender as populações de baixa renda residentes em localidades difusas do semiárido baiano



ARCABOUÇO INSTITUCIONAL

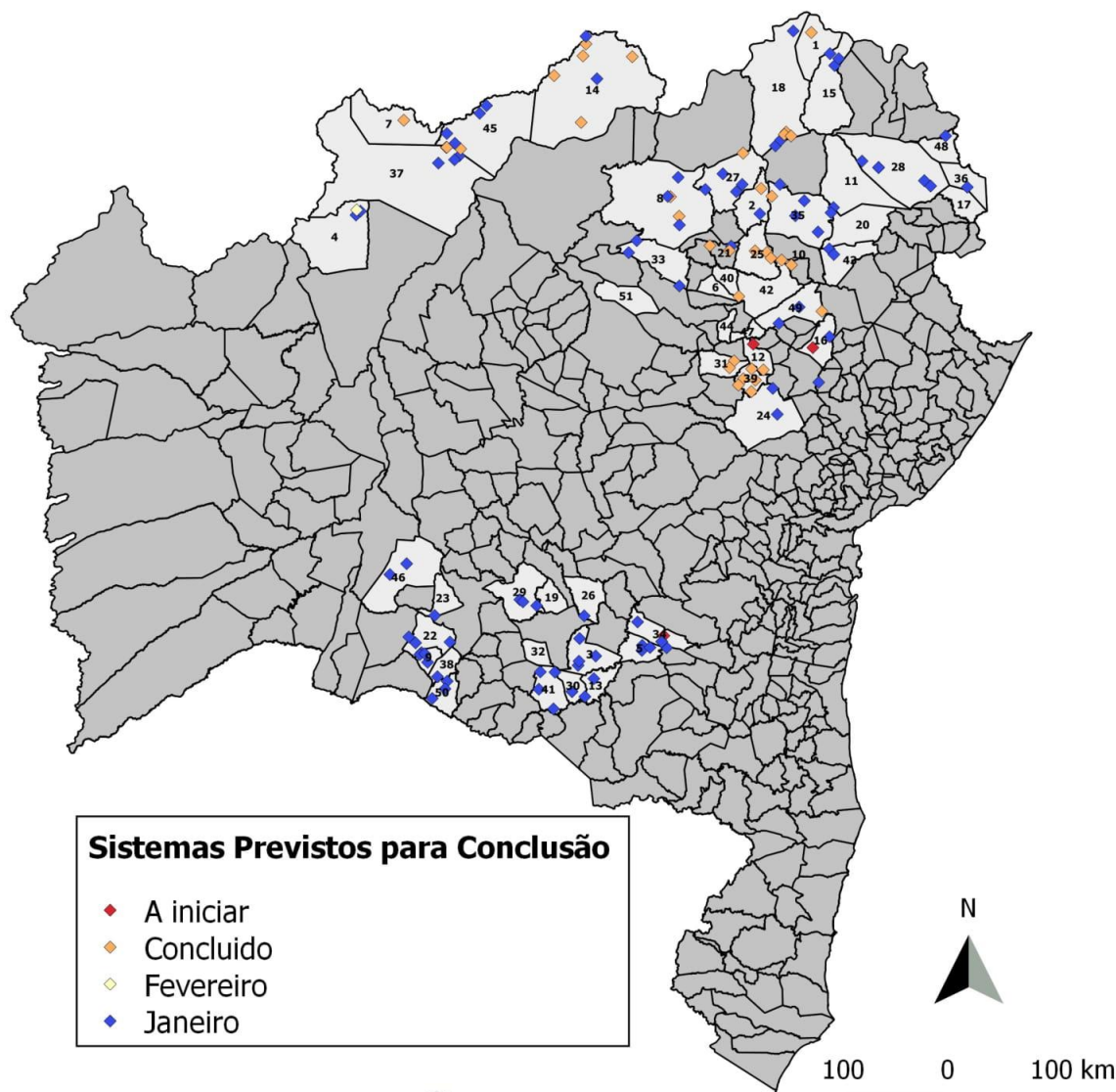
- O convênio com o Estado da Bahia, tem como conveniente a Secretaria de Meio Ambiente do Estado (SEMA), com interveniência do Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos da Bahia (INEMA) e unidade executora a Companhia de Engenharia Hídrica e Saneamento da Bahia (CERB).
- Para que uma comunidade/território seja beneficiada é necessário, segundo a metodologia do Programa, ditada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que sejam atingidos os pressupostos técnicos, tais como o número mínimo de famílias por comunidade, vazão mínima do poço, bem como, os parâmetros da qualidade da água bruta, especialmente, os Sólidos Totais Dissolvidos (TDS), não possuir outra fonte de abastecimento humano de água. Diante disso, diagnósticos são realizados e, de acordo com os resultados dos mesmos, a comunidade/território estarão aptos ou não de receberem o sistema previamente indicado.

PROGRAMA ÁGUA DOCE - PAD

AÇÕES

- Foram implantados e entregues 145 Sistemas de Dessalinização de Água, ambientalmente sustentável, em 145 comunidades rurais, de 24 municípios, de seis territórios de identidade, beneficiando, aproximadamente, 7,7 mil famílias, com aplicação de recursos da ordem de R\$ 14,9 milhões.
- Estão em fase de conclusão e assinatura do acordo de gestão para a realização da entrega de mais 150 Sistemas de Dessalinização de Água, ambientalmente sustentáveis, em 51 municípios, contemplando 150 comunidades rurais, beneficiando a população da região do semiárido, com aplicação de recursos da ordem de R\$27,7 milhões.

Previsão de Conclusão de Obras - PAD 2 Etapa



Código	Município	N. Obras
1	Abaré	1
2	Andorinha	2
3	Aracatu	5
4	Buritirama	3
5	Caetanos	4
6	Caldeirão Grande	0
7	Campo Alegre de Lourdes	1
8	Campo Formoso	7
9	Candiba	4
10	Cansanção	2
11	Canudos	2
12	Capela do Alto Alegre	0
13	Caraibas	0
14	Casa Nova	8
15	Chorrochó	2
16	Conceição do Coité	2
17	Coronel de João Sa	1
18	Curaçá	7
19	Dom Basílio	2
20	Euclides da Cunha	2
21	Filadélfia	3
22	Guanambi	3
23	Igaporã	2
24	Ipira	2
26	Itaçu	0
25	Itiuba	3
27	Jaguarari	4
28	Jeremoabo	6
29	Livramento de Nossa Senhora	3
30	Maetinga	2
31	Mairi	3
32	Malhada de Pedras	1
33	Mirangaba	2
34	Mirante	5
35	Monte Santo	4
36	Pedro Alexandre	1
37	Pilão Arcado	4
38	Pindaí	2
39	Pintadas	6
40	Ponto Novo	2
41	Presidente Jânio Quadros	7
42	Queimadas	2
43	Quijingue	1
45	Remanso	6
46	Riacho de Santana	2
48	Santa Brígida	1
49	Santa Luz	1
47	São João do Jacuipe	0
50	Urandi	3
51	Várzea Nova	0



PROGRAMA DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA SECA - PAE/BA

DESCRIÇÃO

- PAE/BA visa identificar os fatores que contribuem para a desertificação e as medidas de ordem prática necessárias ao seu combate de desertificação e mitigação dos efeitos da seca

ARCABOUÇO INSTITUCIONAL

- Comitê Gestor do Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca;
- Minuta do Decreto de Criação do Comitê Gestor em análise

AÇÕES

- Levantamento e Sistematização das Ações referentes ao combate de desertificação e mitigação dos efeitos da seca
- Implementação do Projeto de Unidades de Recuperação de Áreas Degradadas – URAD na Unidade de Conservação de Boqueirão da Onça



GERENCIAMENTO COSTEIRO - GERCO

DESCRIÇÃO

- Ação do Governo Estadual desde 1988, que busca fortalecer a capacidade gerencial do Estado e dos municípios para a gestão costeira de forma a compatibilizar as ações de planejamento e gestão articuladas entre as três esferas de poder e a sociedade civil organizada

ARCABOUÇO INSTITUCIONAL

- Coordenação e Comissão Técnica instituído, oficialmente, pelo Decreto nº. 10.969, de 14 de março de 2008

AÇÕES

- Apoio aos Municípios (Realização de 07 oficinas Temáticas em 2017 e Formação em Educação à Distância em 2018);
- Realização do Seminário "*Desafios e Perspectivas do Gerenciamento Costeiro da Bahia*";
- Elaboração de cartilha "*Caminhos para Construir um Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro*"
- Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro – PEGC : Portaria Conjunta SEMA/ instituiu o Grupo de Trabalho



Gestão Ambiental



INSTRUMENTO DE APOIO À GESTÃO

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO - ZEE

DESCRIÇÃO

- Instrumento estratégico de planejamento e ordenamento territorial, cujas diretrizes devem nortear as políticas públicas e investimentos público/privados para o desenvolvimento socioeconômico sustentável (SEMA e SEPLAN)

AÇÕES

- Conclusão e envio das normatizações referentes ao ZEE.
- Aguardando análise

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS - PSA



DESCRIÇÃO

- Instrumento econômico que permite a retribuição, monetária ou não, às atividades humanas de restabelecimento, recuperação, manutenção e melhoria dos ecossistemas que geram serviços ambientais e que estejam amparadas por planos e programas específicos.

AÇÕES

- Minuta do Decreto de Regulamentação da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – Lei nº 13.223/2015 enviada para análise.

RESÍDUOS SÓLIDOS

DESCRIÇÃO

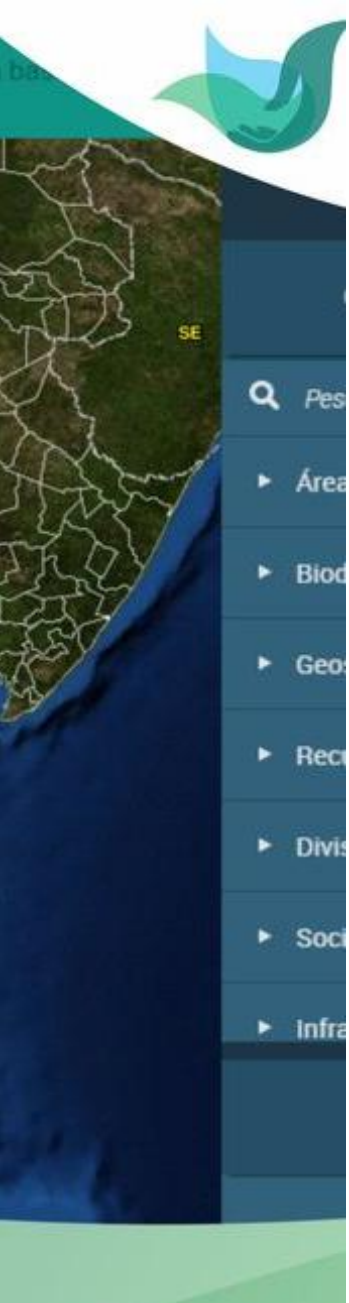
- Resíduos sólidos são todos os materiais que resultam das atividades humanas e que muitas vezes podem ser aproveitados tanto para reciclagem como para sua reutilização

AÇÕES

- Formalização do GT PerSólidos pelo Conselho das Cidades (Resoluções 09/2009; 13/2009 e 22/2010);
- Realização de Oficina de Compostagem na 9ª Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária (FEBAFES);
- Aguardando a manifestação quanto à proposta de regulamentação da Política Estadual de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.932/2014

INSTRUMENTO DE APOIO À GESTÃO

MÓDULO DE AVALIAÇÃO PRELIMINAR - MAP



DESCRIÇÃO

- O MAP é uma plataforma online de visualização de dados espaciais e execução de análises. O MAP permitirá o aprimoramento do ZEE com a atualização Mapas Setoriais e Sala de Cenários; com os instrumentos de consulta: ferramentas de consulta por tipologia; de alerta hídrico, de empreendimentos lineares e de análise de fragmentação

AÇÕES

- Conclusão dos produtos cenários e mapas síntese
- pode ser acessada no endereço :
- geobahiamap.seia.ba.gov.br

INSTRUMENTO DE APOIO À GESTÃO

PAINEL ESTADUAL DE INDICADORES AMBIENTAIS - PEIA

 Sobre

O que é o PEIA?

Como Funciona o Painei

Termos de Uso

 Água e Recursos Hídricos

 Governança, Gestão e Controle

 Sociobiodiversidade e Florestas

 Solos e Resíduos

 Energia

 Fale Conosco

DESCRIÇÃO

- Sistematização de informações ambientais da Bahia e disponibilização em publicação impressa e em plataforma online que permita cruzamento de dados e avaliação de séries históricas de indicadores
- Entregue documento de estrutura e diagramação de uma publicação (livro online) sobre os indicadores, e uma ferramenta online para disponibilização e consulta das informações.
- peia.meioambiente.ba.gov.br

AÇÕES

- Nova versão para publicação finalizada em 2018 – revisão textual em andamento;
- Pendente a publicação de instrumento legal (portaria) para formalização institucional de grupo de trabalho para acompanhamento e atualização do PEIA, bem como a indicação de seus membros.

INSTRUMENTO DE APOIO À GESTÃO GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA - GAC



DESCRIÇÃO

- Apoiar os municípios baianos, individualmente ou através de consórcios territoriais de desenvolvimento sustentável, para a adequação de suas estruturas municipais de meio ambiente
- gac.meioambiente.ba.gov.br

AÇÕES

- Apoio a 277 municípios que declararam capacidade para a gestão ambiental, conforme Lei Complementar - LC 140/2011. Destes, 108 municípios são apoiados por meio de convênios com oito Consórcios Públicos de Desenvolvimento Sustentável.
- Investimento estimado: R\$1 milhão/Ano.



PROGRAMA DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL E BANCO DE PROJETOS

DESCRIÇÃO

- Elaborar o Programa de Restauração Florestal no Estado em áreas prioritárias e estratégicas visando a conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e o uso sustentável. Banco de projetos de captação externa de recursos da SEMA/INEMA

AÇÕES

- Programa de restauração florestal em elaboração
- Plano Estratégico de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira
- Programa Cerrado Bahia
- Projeto de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Catolé Grande
- Projeto de Proteção das Nascentes de Vitória da Conquista
- Projeto de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Utinga

PROJETO CERRADO

AÇÕES

- Plano Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais – O plano é uma ferramenta que visa estruturação de ações para integrar e otimizar as práticas, procedimentos e metodologias para prevenir, valorizar o patrimônio natural, além de combater e controlar as ocorrência de incêndios florestais, sendo a participação da sociedade essencial nesse processo.
- Maquinário e Equipamentos - Foram adquiridos em 5 kits os seguintes maquinários e equipamentos para os municípios de Correntina, Jaborandi, Cocos e Coribe: Microtrator diesel 18HP, carreta para microtrator capacidade de 1.000 kg, encanteirador, triturador de resíduos orgânicos a gasolina 8HP e enxada rotativa de 24 facas.

PROJETO CERRADO

DESCRIÇÃO

- O Programa Cerrado é fruto de uma parceria entre o Governo Brasileiro e o Reino Unido, sendo o Estado da Bahia beneficiário do Acordo de Doação firmado entre Banco Mundial (BIRD) e a Fundação Luis Eduardo Magalhães (FLEM), com aporte de recursos doados de U\$ 4,4 milhões, pelo Department for Environment, Food and Rural Affairs (DEFRA), órgão do Reino Unido. A Secretaria do Meio Ambiente – SEMA foi responsável pela Coordenação Geral do Projeto, cuja execução ocorreu em parceria com o INEMA, sob a supervisão do Ministério do Meio Ambiente.

AÇÕES

- Restauração Florestal - O Programa Cerrado foi responsável pela proteção de mais de 2.500 hectares, com ações estratégicas de revitalização em 13 microbacias, contemplando 10 municípios, atuando diretamente em 17 comunidades.
- Sistema Curupira - Contratação de processamento digital de imagens de satélite para monitoramento contínuo e automático que emita alertas de inconformidades sobre questões ambientais, tais como desmatamentos irregulares, recuperação de áreas degradadas, incêndios florestais e áreas irrigadas visando uma maior eficiência para a gestão das ações de fiscalização ambiental em todo o Estado

CADASTRO ESTADUAL FLORESTAL DE IMÓVEIS RURAIS - CEFIR

DESCRIÇÃO

- Formação de um banco de dados de informações que servirão para o controle, o monitoramento e o planejamento ambiental e econômico do Estado
- Segundo dados oficiais (IBGE 2017) a Bahia possui 762.620 imóveis rurais, no entanto, estima-se que esse valor pode ser superior. Destes imóveis, 612.808 estão cadastrados no CEFIR.



AÇÕES

- Capacitações (público alvo das capacitações são funcionários da SEMA e do INEMA e agentes públicos que lidem direta ou indiretamente com o CAR);
- Aquisição de equipamentos de informática para armazenamento e processamento de dados;
- Cadastramento de Imóveis Rurais: 596.452 considerados imóveis da agricultura familiar (até 4 módulos fiscais). Destes, somente os programas do Governo da Bahia foram responsáveis pelo cadastramento de mais de 413.900 imóveis, por meio de convênios, recursos do BNDES, Programa Cerrado, Projeto de Revitalização do Rio Cachoeira, Bahia Produtiva, etc.

CADASTRO ESTADUAL FLORESTAL DE IMÓVEIS RURAIS - CEFIR

FUTURAS CONTRATAÇÕES

- Atualmente encontra-se em fase final de contratação por meio do projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica do Ministério do Meio Ambiente o cadastramento de 4.348 imóveis na região do Mosaico de Áreas protegidas do Extremo Sul (Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Prado). O projeto também irá financiar o cadastro de povos e comunidades tradicionais (PCT) nessa região.
- Com recursos do BNDES serão cadastradas parte das comunidades quilombolas do Estado, 7.500 famílias de um total de 45 mil (dados CadÚnico, out 2018). Para tanto aguarda-se parecer do banco para abertura de chamamento público pelo INEMA.
- Existe ainda previsão de cadastramento de imóveis na Bacia do Rio Almada por meio do acordo a ser firmado entre Estado da Bahia, BAMIN e Ministério Público, frente a implantação do Porto Sul.





PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL – PRA

DESCRIÇÃO

- Ações de proteção, restauração e a conservação da vegetação nativa e a diversidade biológica do Estado da Bahia, programas de suporte e apoio para efetivação do Programa de Regularização Ambiental -PRA

AÇÕES

- Dentro do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a *The Nature Conservancy* (TNC) e a SEMA para a elaboração do Guia Técnico para a Recuperação de Vegetação em Imóveis Rurais no Estado da Bahia, foi elaborada uma planilha contendo situações ambientais encontradas nestes imóveis rurais em todo o estado, definições das fitofisionomias e técnicas de recuperação.

AÇÕES

- A planilha deu origem ao Fluxograma do PRA, que reúne requisitos técnicos para a elaboração do módulo PRA a ser elaborado e inserido no CEFIR, onde irá facilitar as tomadas de decisão de técnicos e agricultores para viabilizar a recuperação destes passivos ambientais. Este Fluxograma está concluído e aguarda a disponibilização de equipe de TI para construção e homologação do Módulo PRA que irá complementar o SEIA. Estimado em R\$800.000,00.
- Além disso, é necessária a atualização da minuta de decreto pronta que regulamentará o PRA no estado.

Programa Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – BAHIA SEM FOGO

DESCRIÇÃO

- O Bahia Sem Fogo tem como objetivo coordenar as ações de prevenção, combate e monitoramento a incêndios em áreas de Unidades de Conservação (UCs) no estado, oferecendo infraestrutura e logística para as ações, quando necessário.
- **Partícipes e parceiros envolvidos:** SEMA; INEMA; Casa Militar do Governador; Corpo de Bombeiros Militares da Bahia; Defesa Civil; Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental (SSP); IBAMA; ICMBIO; Prefeituras; Brigadas Voluntárias

ESTRUTURA

- SEMA, por intermédio da SEP/DPBIO, é a coordenadora do Programa;
- Comitê Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais é o órgão fiscalizador e formulado (inativo atualmente);
- Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Conjunta SEMA/INEMA/SSP/CBMBA/CMG/SUDEC n.º 01 de 22 de maio de 2018, que está trabalhando na atualização do Plano Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, Projeto de Lei que normatiza do Programa Bahia Sem Fogo, dentre outros produtos;
- Comissão Permanente de Acompanhamento dos Processos do Bahia Sem Fogo;
- Subcomitê de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais da Chapada Diamantina;
- Subcomitê de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Oeste Baiano



Programa Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – BAHIA SEM FOGO

AÇÕES

- Revisão do Decreto nº 11.559/2009, que institui o Comitê Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais;
- Elaboração do Acordo de Cooperação Técnica entre os agentes estaduais envolvidos;
- Elaboração do Plano de Trabalho para o ano 2018/2019;
- Revisão do Plano Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais;
- Elaboração da Minuta do Projeto de Lei que institui a Política Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, Manejo Integrado e Adaptativo do Fogo;
- Cursos de Capacitação de Brigadistas para prevenção e combate aos incêndios florestais em 41 cidades;
- Aquisição e entrega de Equipamentos de Proteção Individual e de Combate (EPI e EPC) em 34 cidades.



MERCADO DE COTAS DE RESERVA AMBIENTAL - CRA



DESCRIÇÃO

- Realizar ação de fomento ao mercado de Cotas de Reserva Ambiental - CRA, por meio da sua regulamentação no estado, da elaboração de mapa de áreas disponíveis para emissão dos títulos transacionáveis, além da criação de sistema de organização deste mercado, visando a conservação de áreas prioritárias e relevantes, estimulando uma mudança de atitude quanto ao aproveitamento dos imóveis rurais.

AÇÕES

- Em parceria com a ONG Conservation Strategy Fund foi desenvolvido entre 2015 e 2017 um estudo de implantação de Cota de Reserva Ambiental no Estado da Bahia disponível para download no nosso site: <http://conservation-strategy.org/pt/publication/os-instrumentos-de-mercado-podem-contribuir-para-o-alcance-de-objetivos-ambientais-men-0#.WKtMixlrJTY>.
- Após a realização do estudo de implementação da Cota de Reserva Ambiental no Estado, a SEMA aguardou a regulamentação federal das cotas para proceder sua regulamentação estadual.
- Tendo em vista a regulamentação nacional no final do ano de 2018, é previsto para 2019 a regulamentação da utilização das CRA's no Estado.

LISTA DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO

DESCRIÇÃO

- Registro de ocorrência no território baiano das espécies que estão ameaçadas de extinção.

AÇÕES

- Foi publicada a Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção.
- Foi criado grupo de trabalho para elaboração do plano de recuperação para as espécies de interesse socioeconômico. A elaboração contará com apoio financeiro do Terramar e do FERFA.



PLANO DE AÇÃO/RECUPERAÇÃO DA FAUNA E FLORA AMEAÇADA DE EXTINÇÃO

DESCRIÇÃO

- Documento que estabelece as diretrizes, objetivos e medidas para promover a conservação e recuperação populacional de espécies ameaçadas de extinção e, quando viável, indica os limites de uso sustentável a serem regulamentados e autorizados pelos órgãos ambientais competentes.

AÇÕES

- Já foram elaborados Planos de Ação, em parceria com o ICMBio, onde 188 espécies da **fauna** ameaçadas da Bahia (das 331) foram contempladas.
- Para a Flora endêmica ameaçada, que somam um total de 744 espécies, não houve recurso para a elaboração dos Planos de Ação.
- Para as espécies de importância socioeconômica (peixes e crustáceos), foi elaborado um Termo de Referência para elaboração dos Planos de Recuperação (que poderá permitir o uso sustentável), que abrange 07 (sete) microrregiões do Estado, sendo que este TR será executado com recursos do Projeto Terramar/MMA (R\$ 518 mil) e FERFA - Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente (R\$ 450 mil).

AÇÕES

- O projeto Terramar oficializou o apoio na execução do TR que abrange 04 (quatro) microrregiões: Baixo Sul, Sul da Bahia, Costa do Descobrimento e Extremo Sul. De acordo com o Terramar, o processo licitatório deverá ser iniciado em janeiro/2019, sendo que o tempo estimado para cumprir todas as etapas de contratação de consultoria é de, no mínimo, 05 (cinco) meses.
- O FERFA apoiará o TR que contempla 03 (três) microrregiões: Plataforma Continental do Litoral Norte, Zona Costeira do Litoral Norte e Bahia de Todos os Santos. Já foi enviado ao FERFA o TR que foi adaptado ao modelo do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, para as devidas providências.

Educação ambiental



DESCRIÇÃO

- Implementação da Política Estadual de Educação Ambiental, por meio da identificação de iniciativas socioambientais, da informação, formação e integração da educação ambiental no licenciamento, na agricultura familiar, nos colegiados ambientais e territoriais, nas estruturas educadoras municipais e nas demais áreas da gestão ambiental e outras políticas setoriais.
- Fortalecimento da Política Estadual de Convivência com o semiárido, por meio da qualificação dos componentes do Programa Água Doce- PAD.

AÇÕES

- Mapeamento de Experiências Socioambientais – Ampliação para 254 experiências mapeadas.
- Elaboração da cartilha Caminhos para Construir um Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro, com impressão 1725 exemplares.
- Distribuição de 5.593 exemplares de materiais educativos para educadores e estruturas educadoras.
- Fortalecimento das Salas Verdes com entrega de kits de materiais educativos.
- Realização de 46 oficinas de educação ambiental nas diversas áreas temáticas (Gestão das Águas, Gerenciamento Costeiro, Gestão Ambiental Municipal, Restauração e outros;

Educação ambiental



AÇÕES

- Execução do Convênio MMA/FNMA nº 801997/2014 com Implementação de Projetos Comunitários em Escolas Famílias Agrícolas;
- Apoio e organização em eventos tais como: III Conferência Estadual Infanto-Juvenil , Feira Literária de Mucugê , Feira Baiana da Agricultura familiar e Feira dos Territórios .
- Publicação da Resolução Cepram 4.610/2018, que estabelece diretrizes para a Educação Ambiental na Regulação Ambiental, qualificando as condicionantes de educação ambiental nos processos de licenciamento.
- Contribuição para realização de Oficinas e Encontros Regionais do PAD; Elaboração de materiais e metodologias para a sustentabilidade do PAD.

ENTRAVES

- Publicação do decreto de regulamentação da Política Estadual de Educação Ambiental – Lei 12.056/2011. Atualmente se encontra sob avaliação da Secretara de Educação;
- Escassez de recursos financeiros e humanos para atender a todas as demandas.



COOPERAÇÃO NO ACORDO JUDICIAL PORTO SUL

DESCRIÇÃO

- A Secretaria do Meio Ambiente - SEMA participa do Grupo de Trabalho para a elaboração de proposta de acordo a ser firmado entre o Estado da Bahia e a Bahia Mineração S/A com os Ministérios Públicos Federal e Estadual. A partir da celebração do acordo, serão extintas as Ações Cíveis Públicas que têm por objeto o Porto Sul, e destinados R\$50.284.539,41 para execução de ações voltadas à mitigação dos impactos negativos associados à implantação do porto, e prevenção de impactos cumulativos e sinérgicos na região de referência a partir da implantação de novos empreendimentos associados ao complexo logístico e portuário.

AÇÕES

- Processo de refinamento e ajustes ao documento jurídico que será assinado entre os atores envolvidos, além da realização de rodadas finais para negociação dos termos, ações e prazos.
- Valor previsto para o acordo judicial é de R\$50.284.539,41



Instrumentos de Gestão

Com o objetivo de apoiar a decisão e o planejamento na área ambiental, a Sema e o Inema criaram e aprimoraram diversas ferramentas de tecnologia e informação, trabalho que rendeu frutos. Esses instrumentos contribuem para que o Sistema Ambiental da Bahia tenha insumos para uma gestão mais eficiente do seu território e proteção do meio ambiente.



INSTRUMENTO DE APOIO À GESTÃO

SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E DE RECURSOS HÍDRICOS - SEIA

Regularização Ambiental

Institucional

SEUC
Sistema Estadual de
Unidades de Conservação

Serviços On-line

SEIRH
Sistema Estadual de
Informações de Recursos
Hídricos

Mapas

Fiscalização

Monitoramento Ambiental

Legislação Ambiental

DESCRIÇÃO

- Ferramenta fundamental para gestão e controle, ela é fundamentada nas políticas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos, que disponibiliza serviços *on-line* ao cidadão e apoia os gestores e técnicos ambientais na análise técnica dos atos declaratórios e licenciáveis
- Projeto iniciado em 2012;
- Em constante desenvolvimento e evolução;
- Investimentos diretos e indiretos superam 14.000.000,00 nos últimos seis anos;

PONTOS RELEVANTES

- Abriga o Licenciamento Ambiental, Outorga de Recursos Hídricos, Controle Florestal e Unidades Conservação, CEFIR, CERH, além de diversos processos de outras áreas.
- Portifólio completo mapeado com 114 funcionalidades previstas;
- Modernização da metodologia de desenvolvimento com aumento de 20% da produtividade;

Rede de monitoramento Quali-quantitativo de recursos hídricos

DESCRIÇÃO

- Ampliação de 52 pontos da rede de monitoramento ambiental, destes, 36 pontos da rede de monitoramento de rios (custo R\$ 82.243,08 com recursos do Inema), quatro estações da rede climatológica (custo R\$ 359.666,97 com recursos do PDA) e 12 estações da rede hidrometeorológica (custo R\$ 664.999,92 com recursos do Projeto SWAp/BA).

Unidade de Monitoramento Remoto da Água - UMR

- Constitui-se na primeira rede de monitoramento da qualidade da água em tempo real do Estado, garantindo maior segurança na gestão da qualidade da água dos reservatórios que abastecem a RMS e parte do recôncavo baiano.
- Foram adquiridas oito UMR de qualidade da água, instalados nos reservatórios que abastecem a Região Metropolitana de Salvador, em Pedra do Cavalo e nas barragens de Ipitanga I, Ipitanga II, Joanes I, Joanes II e Santa Helena



Plataforma de coleta de dados – PCD

DESCRIÇÃO

- Para ter um controle ainda mais eficaz dos recursos hídricos do estado, contribuindo para a gestão da água, foi investido mais de R\$ 1 mi em Plataformas de Coleta de Dados (PCD) para monitoramento meteorológico, adquirindo 10 plataformas, distribuídas nas RPGA do Leste e nas áreas de influência dos reservatórios que abastecem Salvador e RMS, além de outros municípios do Recôncavo Baiano.

AÇÕES

- As PCD's meteorológicas avaliarão os parâmetros: Precipitação de chuva; Temperatura e umidade relativa do ar; Direção e velocidade dos ventos; Radiação solar global; Radiação solar refletida; Temperatura do solo (em três níveis de profundidades - 10, 20 e 50 cm); Umidade do solo (em três níveis de profundidades – 10, 20 e 50 cm); Pressão barométrica

Ottocodificação de bacias da RPGA do Leste

DESCRIÇÃO

- A Ottocodificação é um método de codificação e classificação de bacias a partir da configuração natural do seu sistema de drenagem, adotado no Brasil na delimitação das bacias com objetivo de tornar mais eficiente a gestão dos recursos hídricos.

AÇÕES

- Foi realizada Ottocodificação das bacias que compõem a RPGA do Leste, na escala 1:100.000, visando utilização nos estudos hidrológicos que servem de subsídio para diversas ações dos órgãos ambientais, sobretudo a outorga pelo direito de uso da água.
- O produto foi incorporado pela Agência Nacional de Águas (ANA) à Região Hidrográfica Nacional do Atlântico Leste.
- Foram atendidos dois Territórios de Identidade: Médio Sudoeste da Bahia e Litoral Sul. E 29 municípios foram beneficiados: Almadina, Arataca, Barro Preto, Buerarema, Caatiba, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Firmino Alves, Floresta Azul, Ibicaraí, Ibicuí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju da Colônia, Itajuípe, Itambé, Itapé, Itapetinga, Itororó, Jussari, Nova Canaã, Pau-Brasil, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, São José da Vitória, Uma e Uruçuca.

Mapeamento da cobertura vegetal do Estado

DESCRIÇÃO

- Cerca de 20 anos após o primeiro mapeamento da cobertura vegetal do estado, realizado em 1997, na escala de 1:100.000, a Sema realizou um novo mapeamento, em escala quatro vezes mais precisa. O Mapeamento da Cobertura Vegetal do Estado apresenta cartas dos biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, na escala de 1:50.000, conformando a base contínua do Estado, compilando informações de grande relevância para o controle da supressão vegetal, fiscalização e monitoramento, além do planejamento da conservação.

AÇÕES

- O mapeamento mostra a fitofisionomia - tipos de vegetação de cada bioma -, com seus diferentes níveis de classificação e detalhe, apresentando informações dos diversos estágios de regeneração. Esta informação é essencial para a aplicação da Lei da Mata Atlântica, que traz diferentes exigências ambientais para cada estágio. O trabalho está disponível no geobahiamap.seia.ba.gov.br.
- Mapeamento da Cobertura vegetal = R\$ 9.381.252.42 (Contrato 024/2013 - Consórcio Geobahia)

AÇÕES

- Validação do Mapeamento da Cobertura Vegetal = R\$1.310.077,65 (contrato 10/2017 - Consórcio Viasat)
- Aquisição de 1 (uma) assinatura de sistema de acesso a banco de imagens de óticas orbitais, de acervo e programadas, de alta resolução espacial para análise refinada da qualidade da vegetação. R\$760 mil (contrato 02/2018-PDA – Santiago & Cintra)

Gestão dos Parques

DESCRIÇÃO

- Existem 5 Parques Estaduais, além do Parque Metropolitano de Pituaçu:
- Morro do Chapéu
- Serra do Conduru
- Sete Passagens
- Serra dos Montes Altos
- Ponta da Tulha

AÇÕES

- Possibilidade de iniciar projeto piloto no Parque de Pituaçu para a gestão compartilhada da unidade, através da realização de chamamento público (PMI) e assinatura de instrumento específico.



Gestão das Unidades de Conservação



DESCRIÇÃO

- As Unidades de Conservação do Estado da Bahia têm sua função definida de acordo com categorias e grupos Proteção Integral e Uso Sustentável, determinadas pela Lei no 9.985/00
- Existem hoje 45 Unidades de Conservação no Estado, além das 36 Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN's mantidas por particulares com apoio do Estado.

AÇÕES

- Contratação de plano de manejo para MONA Canions do Subaé, MONA Cachoeira do Ferro Doido e Parque Estadual Serra dos Montes Altos;
- Elaboração de termo de referência para contratação de plano de manejo da APA Caraíva/Trancoso e Bacia do Cobre/São Bartolomeu

ENTRAVES

- Necessita a designação de gestores
- Necessita planos de manejo
- Necessita melhoria na estrutura
- Necessita de recursos para regularização fundiária



Captação de Recursos

COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS

DESCRIÇÃO

- Instrumento de gestão da Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, sendo uma ferramenta importante para a gestão dos recursos hídricos, uma vez que induz o usuário da água ao uso racional e garante recursos financeiros para devida aplicação da referida política
- O instrumento atinge todos os usuários dos recursos hídricos para diversos fins inclusive como diluidores de efluentes.
- Os comitês de Bacia individualmente precisam aprovar decisão sobre os valores de referência para a cobrança.
- Esses recursos serão contabilizados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia – FERHBA e poderão ser aplicados, após aprovação do CBH e do CONERH, para a manutenção dos Comitês de Bacia, além do financiamento de projetos de pagamento por serviços ambientais voltados à melhoria da qualidade e quantidade da água em suas respectivas Bacias Hidrográficas.

AÇÕES

- Em 2017 foi publicada a resolução nº 110/2017 do CONERH que estabelece as diretrizes gerais para a cobrança.
- Em 2018 foram publicadas alterações na lei 11.612/2009 – Política Estadual de Recursos Hídricos.
- Existe a necessidade de publicação do decreto que irá regulamentar a cobrança
- O módulo no sistema para a realização da cobrança já está finalizado.
- O Comitê de Bacia do Rio Verde Jacaré teve sua minuta com fórmula e valores aprovada e encaminhada ao CONERH o qual precisa ratificar os valores para que a cobrança possa ter início. Estima-se a arrecadação de R\$2 milhões/ano nessa Bacia considerando os outorgáveis.
- A arrecadação estimada para o Estado da Bahia considerando as principais RPGA's é de R\$20,5 milhões/ano a depender da definição do preço público unitário.



REPOSIÇÃO FLORESTAL

DESCRIÇÃO

- Todo empreendedor que consumir ou suprimir vegetação nativa é obrigado a repor o volume madeireiro extraído mediante reposição florestal.

AÇÕES

- Em 2018 o Estado da Bahia atualizou o seu decreto florestal permitindo a efetiva execução desse instrumento que pode ser recolhido sob forma de doação de áreas conservadas, pecúnia ou títulos negociais.
- Dos valores recolhidos, necessariamente, deverão ser feitas aplicações para aumento da floresta produtiva madeireira e restauração de áreas florestais específicas estabelecidas por lei.
- Existe um déficit dessa cobrança no Estado. Não existia a regulamentação nem ferramenta para a realização de tal cobrança. O módulo no SEIA já está disponível e a cobrança já pode ser efetuada.



COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

DESCRIÇÃO

- Durante o processo de licenciamento ambiental, os empreendimentos que causem significativo impacto ambiental, devidamente fundamentado em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA/RIMA), devem, por lei, realizar compensação ambiental. Essa compensação pode ser executada diretamente, a critério do empreendedor, ou efetivada através de pecúnia e pode alcançar o valor de até 0,5% do investimento do empreendimento.
- Esses recursos são geridos pela Coordenação de Gestão dos Fundos – COGEF e devem ser aplicados preferencialmente em Unidades de Conservação de Proteção Integral ou que sejam diretamente afetadas pelo empreendimento.

AÇÕES

- Na gestão vigente já foi realizada a publicação do Decreto regulamentador desse instrumento e em 2018 foi publicado, de maneira pioneira no país, Chamamento Público para a execução indireta de recursos da Compensação Ambiental por entidades do terceiro setor no montante de pouco menos de 2 milhões de reais e que contou com o MP na sua elaboração.
- Estão previstos futuros chamamentos públicos como o já realizado e a publicação de portaria SEMA/INEMA que garanta segurança aos órgãos na execução desses valores.



SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE